



ATA DA 278ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEPRAM

1
2 Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatro, às quatorze horas e trinta minutos,
3 no auditório do Centro de Recursos Ambientais - CRA, teve início a 278ª Reunião Ordinária do Conselho
4 Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, conduzida pelo conselheiro Emanuel Mendonça, presidente em
5 exercício. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Adalberto Ribeiro, representante da Secretaria
6 da Indústria, Comércio e Mineração - SICM; Anésio Miranda Fernandes, representante do Clube de
7 Engenharia da Bahia - CEB; Antonio César Ormundo, representante da entidade ambientalista Projeto
8 Amiga Tartaruga - PAT; Fernando Albiani Alves, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do
9 Estado da Bahia - FAEB; Irundi Edelweiss, representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia
10 - FIEB; Joás Brandão, representante da entidade ambientalista Grupo Ambientalista de Palmeiras - GAP;
11 João Marcos Miranda de Souza, representante da entidade ambientalista Grupo de Recomposição
12 Ambiental - GERMEN; José Roberto Celestino, representante da Associação Brasileira de Engenharia
13 Sanitária e Ambiental - ABES; Maria Conceição Riccio, representante da Secretaria da Saúde - SESAB;
14 Melquíades Spínola de Oliveira, representante do Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento
15 do Extremo Sul da Bahia - CEPEDES; Vera Frazão, representante da Secretaria de Infra-Estrutura -
16 SEINFRA; Walmir do Carmo, representante da entidade ambientalista Grupo de Resistência às Agressões
17 ao Meio Ambiente - GRAMA. Além dos conselheiros, estiveram presentes: Ana Cristina Mascarenhas,
18 Larissa Cayres e Eliuda Soares, da Secretaria Executiva do CEPRAM; Ana Paula Sena Gordilho, assessora
19 da Diretoria de Planejamento e Integração das Ações Ambientais, da SEMARH e Ney Maron, diretor de
20 Controle Ambiental do CRA. O conselheiro Emanuel, presidente em exercício, cumprimentou a todos e
21 como havia *quorum* regimental, declarou aberta a sessão. Constaram da pauta os seguintes assuntos:
22 abertura da sessão pelo Presidente; discussão e votação da 277ª Ata da Reunião Ordinária, realizada em
23 29 de outubro de 2004; relato dos Processos: Novos e Adiado; pauta suplementar; Comunicações e
24 informações e O que Ocorrer. O conselheiro Emanuel colocou em discussão e votação a Ata da 277ª
25 Reunião Ordinária, a qual foi aprovada, com alterações; apresentou as justificativas de ausências dos
26 conselheiros: João Aurélio, por estar representando o Secretário daquela pasta fora do Estado; do
27 conselheiro Andrezito, que estava participando naquela data da coordenação da Oficina de
28 Desenvolvimento Territorial no Baixo Sul da Bahia, e, do conselheiro Renato Cunha, ausente por
29 compromissos inadiáveis. Ato contínuo, passou-se para o item 3 da pauta referente ao Relato de
30 Processos e registrou-se os pedidos de adiamento dos seguintes processos nº 2004-001682/TEC/LL-0017,
31 Success Consultoria e Administração Ltda, a pedido da conselheira relatora Conceição Riccio, por ter
32 recebido os arquivos do processo fora do prazo regimental, o que a impossibilitou de efetuar a análise da
33 matéria em tempo hábil; 2003-006406/TEC/LS-0161, Silício da Lata Pureza da Bahia S/A, a pedido da
34 conselheira relatora Vera Frazão; 2004-004787/TEC/LO-0079, Ricardo Ferrigno Teixeira e Outros, a
35 pedido do conselheiro relator Josemário Martins. Em seguida, o conselheiro Emanuel questionou sobre
36 pedidos de Destaque. O conselheiro relator Adalberto Ribeiro solicitou Destaques para os Processos nºs
37 2004-001657/TEC/LS-0271, Água Marinha Mineração Ltda, e 2003-001614/TEC/SL-0311, Peval S/A; o
38 conselheiro Josemário pediu destaques para os Processos nºs 2003-003823/TEC/LO-0082 e 2004-
39 001748/TEC/LO-0037, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, conselheira relatora Vera
40 Frazão. Em seguida, o conselheiro Emanuel apresentou o pedido de diligência do conselheiro Renato
41 Cunha, ao Processo nº 2004-001957/TEC/RC-0020, CST Expansão Urbana Ltda, cujo relator era o próprio.
42 O conselheiro Emanuel submeteu a aprovação, sob rito sumário, os seguintes processos: 2002-
43 002183/TEC/AIIN-0009, Projet Comércio e Serviços Náuticos Ltda, conselheiro relator Irundi Edelweiss;
44 2004-005569/TEC/LL-0045 e 2004-005568/TEC/LL-0044, Companhia de Desenvolvimento Urbano do
45 Estado da Bahia - CONDER, conselheiro relator João Aurélio; 2004-005570/TEC/LL-0046 e 2004-
46 005579/TEC/LL-0047, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, conselheiro
47 relator João Marcos; 2004-002418/TEC/LI-0010, Moldes e Plásticos da Bahia S/A - MPB, conselheiro
48 relator José Passos; 2004-000675/TEC/LO-0013, Sisalândia Fios Naturais Ltda, conselheiro relator
49 Adalberto Ribeiro; 2004-003170/TEC/LL-0032, Aquacultura da Bahia Ltda - AQUABAHIA, conselheiro
50 relator João Aurélio, referente ao Termo de Referência para Estudos de Impacto Ambiental; 2002-
51 005220/TEC/AIAD-0145, Amônia Ltda e 2002-003716/TEC/AIAD-0080, Sergio Emanuel Aguiar Pellegrino
52 de Freitas, conselheiro relator Renato Cunha; 2002-005946/TEC/AIAD-0181, Pedro Leon Ugalde,
53 conselheiro relator José Passos. O conselheiro Emanuel declarou, conforme votos apresentados pelos
54 respectivos conselheiros, todos os processos aprovados por unanimidade. Passou-se para a Pauta
55 Suplementar: Processo nº 2004-005475/TEC/LL-0041, Cooperativa dos Criadores de Camarões do
56 Extremo Sul da Bahia - COOPEX, conselheiro relator João Aurélio informou que tratava-se de processo

57 referente ao Termo de Referência que embasará a elaboração dos Estudos de Impactos Ambientais,
58 aprovado conforme parecer do CRA. Em seguida, retornou à pauta para os Processos de Pedido de
59 Destaque: Processo nº 2004-001657/TEC/LS-0271, Água Marinha Mineração Ltda, conselheiro relator
60 Adalberto Ribeiro, que pediu a apresentação conjunta do Processo nº 2003-001614/TEC/LS-0311, Peval
61 S/A, e comunicou que ambos tratavam do mesmo assunto, ou seja, ocupação em topo de morro e que
62 seu relato estaria de acordo com o disposto na Resolução nº 303 do CONAMA. Após relato, o conselheiro
63 Emanuel colocou em votação e foram aprovados por unanimidade. Passou aos Processos nºs 2003-
64 003823/TEC/LO-0082 e 2004-001748/TEC/LO-0037, COELBA, conselheira relatora Vera Frazão, que leu o
65 seu voto favorável à concessão de regularização da Licença de Operação. O conselheiro Emanuel colocou
66 em votação e foram aprovados por unanimidade. Ato contínuo, colocou em discussão o Processo Adiado
67 nº 2002-005623/TC/LO-0067, Edílio Poletto, conselheiro relator Josemário, que ressaltou que o processo
68 fora diligenciado anteriormente, porque não tinha o licenciamento da área total do empreendimento e leu
69 o seu voto favorável à concessão da Licença de Operação, obedecendo todos os condicionantes técnicos. O
70 conselheiro Emanuel colocou em votação e foi aprovado por unanimidade. Passou ao Processo nº 2003-
71 005311/TEC/AIMU-0309, Alcan Alumínio do Brasil Ltda, conselheiro relator Renato Cunha, cujo voto foi
72 encaminhado e lido pelo conselheiro Emanuel, que recomendou a manutenção da multa, negando o
73 recurso interposto pela empresa e sugeriu que o CRA exigisse uma avaliação detalhada do problema tendo
74 em vista que a contaminação identificada por cianeto acima do padrão, no poço 01, poderia comprometer
75 o lençol freático na área da empresa e, consequentemente em extensão maior. O conselheiro Emanuel
76 colocou em discussão e votação e todos concordaram. Dando continuidade, passou-se para o item 5,
77 referente à Comunicações e Informações. O presidente em exercício apresentou a solicitação da empresa
78 Munirah Transmissora de Energia Elétrica S/A quanto a definição dos membros que comporão a Comissão
79 de Acompanhamento do referido projeto; comentou que àquelas Comissões de Acompanhamento,
80 definidas anteriormente, não estavam sendo compostas apenas por conselheiros do CEPRAM, os
81 interessados ampliaram as Comissões, inserindo representantes da sociedade civil e da área do entorno da
82 localização dos empreendimentos. Naquele momento, solicitou a indicação dos representantes para
83 acompanhar o Projeto Munirah das Prefeituras de São Félix, Cachoeira, Santo Amaro, Sapeaçu, Cruz das
84 Almas e da Associação Institucional de Defesa dos Direitos e Garantia Constitucionais à Cidadã e
85 Associação dos Moradores de Curralinhos. O conselheiro Emanuel passou a palavra ao conselheiro
86 Josemário que se dispôs a participar, como titular da FETAG, e o conselheiro José Passos, como suplente,
87 da FTIEB. Pelo Governo do Estado, conselheiro Adalberto Ribeiro que indicará um suplente, da Secretaria
88 de Indústria, Comércio e Mineração. Representando as Organizações Não Governamentais, foi indicado o
89 conselheiro João Marcos do GERMEN e como suplente, o conselheiro Antonio Ormundo do PAT. O
90 conselheiro Adalberto sugeriu que fossem estabelecidos mecanismos de funcionamento das Comissões de
91 Acompanhamento, o que evitaria dúvidas quanto à atuação dos representantes que as compõem. O
92 conselheiro Emanuel falou da instalação da Comissão do Projeto Iberostar e apresentou aos conselheiros o
93 regimento elaborado, para que fosse utilizado, como subsídios, na elaboração dos regimentos das demais
94 comissões. A conselheira Vera Frazão informou que participou da instalação da Comissão do Projeto
95 Manati, com a elaboração de respectivo Regimento, com a sua participação. O conselheiro Emanuel teceu
96 comentários referentes às demandas de solicitações atendidas pelo CRA, iniciou com as denúncias do
97 conselheiro Walmir, sobre o despejo de resíduos das atividades do Matadouro de Ilhéus, no rio Cachoeira,
98 bem como o lançamento de esgoto *in natura*, através da EMBASA, no manguezal situado próximo à rua do
99 Mosquito, em Ilhéus. Disse que o CRA formou um processo sob nº 2004-005605/TEC/DEM-0446, em 8
100 outubro de 2004, que estaria tramitando na área técnica para as devidas providências. O conselheiro
101 Antonio Ormundo havia solicitado esclarecimentos ao CRA referentes ao cumprimento dos condicionantes
102 aplicados à empresa MEDASA. O conselheiro Emanuel entregou cópia de relatório, de 29 de setembro de
103 2004, contemplando plano detalhado de recomposição ambiental das APP'S e reserva legal, programa
104 educação ambiental, projeto destinação final dos lubrificantes utilizados nas máquinas e equipamentos,
105 projeto de manejo e conservação do solo e plano de recuperação de áreas degradadas, em cumprimento
106 ao condicionante I, da Resolução CEPRAM 3290, de 28 de maio de 2004. O conselheiro Antonio Ormundo
107 solicitou informações sobre a visita técnica realizada pela equipe de controle e qualidade ambiental do CRA
108 no município de Santa Cruz de Cabrália, referentes à EMBASA. O conselheiro Emanuel informou que o CRA
109 realizou operação de fiscalização e apresentou relatório ao conselheiro. O conselheiro Renato Cunha havia
110 denunciado o funcionamento irregular do aterro sanitário no município de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica,
111 licenciado pelo CEPRAM, terceirizado pela Prefeitura local e que atualmente parecia um "lixão a céu
112 aberto". O conselheiro Emanuel informou que o CRA realizou operação de fiscalização na região, informou
113 que o técnico do CRA estava finalizando o relatório e que em seguida encaminhará ao conselheiro. O
114 conselheiro Adalberto havia solicitado ao CRA efetuar uma admoestação à Prefeitura de Capim Grosso,
115 referente ao lixão exposto naquele município, entre a Rodovia que liga Capim Grosso à Jacobina. O

116 conselheiro Emanuel informou que foi formado, no CRA, um processo sob nº 2004-005606/TEC/DEN-
117 0447, para verificar a situação apontada e que se encontrava na área técnica para as devidas
118 providências. O conselheiro Melquíades havia reiterado solicitação ao CRA, referente à diligência ao
119 Extremo Sul, municípios de Itarantim, Guaratinga e Eunópolis com relação a exploração de mineradoras
120 que operavam sem licença ambiental. O conselheiro Emanuel informou que o CRA realizará uma operação
121 conjunta com o Ministério Público Estadual no período de 7 a 13 de novembro de 2004, para averiguar a
122 situação. O conselheiro Melquíades havia solicitado a intervenção do CRA com relação à informação de que
123 a empresa Veracel manteve sua proposta de redução de repasse de eucalipto para a produção de caixotes.
124 O conselheiro Emanuel informou que foi realizada a 3ª Reunião da Comissão do Zoneamento Econômico
125 Ecológico – ZEE, com a participação dos conselheiros Melquíades e Irundi, que fizeram suas respectivas
126 apresentações, tendo sido o assunto amplamente debatido; registrou que o tema discutido fora o
127 Zoneamento Ecológico Econômico da Região Sul; informou que foi encaminhado, através de e-mail, atas
128 aprovadas das reuniões realizadas pela Comissão do Zoneamento Econômico Ecológico à todos os
129 conselheiros. Em seguida, passou a palavra ao conselheiro Melquíades que comentou que a Comissão do
130 ZEE não deveria ser composta somente por representantes do governo e empresários. Solicitou a
131 participação da sociedade civil nas discussões referentes à expansão da monocultura do eucalipto. O
132 conselheiro Irundi solicitou que as discussões sobre a expansão da monocultura do eucalipto fossem
133 debatidas com todos os setores da sociedade interessados. O conselheiro Emanuel registrou que a
134 comissão do ZEE, estabeleceu como áreas prioritárias o Litoral Norte, Extremo Sul e o Oeste do Estado;
135 disse que através do Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia – DERBA seria iniciado um estudo
136 de Zoneamento Agro-Ecológico do Oeste da Bahia, que contava com grupos de trabalhos definidos para
137 acompanhamento, e também com ações iniciadas com relação ao Litoral Norte e a região do Extremo Sul,
138 informou que foi a primeira vez que entrou em debate a matéria e que pretendia retornar o assunto num
139 Seminário no qual disponibilizaria mais tempo para as discussões. Após, passou a palavra ao conselheiro
140 Adalberto Ribeiro, que lembrou que a Comissão do ZEE, quando criada, visava discussões de caráter
141 executivo; comunicou que as informações podem ser disponibilizadas aos conselheiros que se mostrarem
142 interessados. Em seguida, o conselheiro Emanuel interrompeu a reunião para apresentar alguns membros
143 do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
144 Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, do Estado de Minas Gerais, que estavam visitando o CRA naquele
145 momento, acompanhados pela diretora geral, Lucia Cardoso, que sugeriu uma apresentação do Programa
146 de Descentralização do Estado de Minas Gerais no âmbito do COPAM, através do senhor Shelley de Souza
147 Carneiro, **subsecretário daquela SEMAD**, prevista para a próxima reunião ordinária do CEPRAM, dia 26
148 de novembro. O conselheiro Emanuel lembrou que a referida reunião estava agenda para o dia 19 de
149 novembro, mas por conta do feriado de 15 de novembro, sugeriu adiar para o dia 26 do mesmo mês e
150 todos concordaram. O conselheiro Adalberto solicitou esclarecimentos sobre as plenárias realizadas pelo
151 Comitê Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHF, onde foi debatida a transposição de águas. O
152 conselheiro Emanuel passou a palavra a senhora Ana Cristina que informou que o Comitê deliberou sobre
153 alocação do uso externo da água à bacia do rio São Francisco; **informou que antes da tomada de**
154 **decisão foram realizadas cinco consultas públicas e todos os participantes foram unânimes,**
155 **negando a transposição, mesmo para abastecimento humano e dessedentação animal.**
156 **Informou que, em cumprimento a Lei nº 9433/97, que estabelecia que em situações de**
157 **escassez, as questões de abastecimento humano e dessedentação animal deveriam ser**
158 **garantidos, o CBHSF aprovou, no âmbito do Plano de Recursos Hídricos, que a transposição das**
159 **águas seriam apenas para os fins assegurados por lei, desde que devidamente comprovada a**
160 **necessidade. Outra definição era que a água, enquanto insumo para realização de atividades**
161 **produtivas teria de uso prioritário na Bacia. Outro ponto abordado pelo Ministério Público foi a**
162 **questão do conflito pelo o uso da água, que deverá ser analisado pelas Câmaras Técnicas que**
163 **integram a estrutura do Comitê. Disse que a decisão do Comitê inviabilizava o projeto de**
164 **transposição, na forma como o mesmo estava colocado pelo Ministério da Integração Nacional,**
165 **onde cerca de setenta por cento do uso da água seria destinado à irrigação fora da bacia.** O
166 conselheiro Emanuel passou a palavra a Ney Maron que fez uma observação quanto à realização das
167 audiências públicas, quando uma Ação Civil Pública, movida pelo CRA, e uma decisão judicial impediam a
168 realização das mesmas. O conselheiro Emanuel passou a palavra ao conselheiro Josemário Martins, que
169 solicitou agilidade na emissão da autorização ambiental no processo referente ao projeto para
170 assentamento, no município de Iraquara, na região da Chapada Diamantina; parabenizou o Estado pela
171 eleição da árvore símbolo da Bahia: umbuzeiro; informou que participou da reunião do Comitê Gestor do
172 Território Rural da Chapada Diamantina, com vinte e uma instituições, bem como da reunião de escolha
173 dos representantes da Comissão Eleitoral, que deliberará sobre o rio Paraguaçu; parabenizou a escolha do
174 Prêmio Servidor Cidadão, na pessoa da senhora Yara Pereira Gonçalves, do Grupo Ambientalista de

175 Palmeiras – GAP; manifestou-se contrário ao projeto de transposição do Rio São Francisco. O conselheiro
176 Emanuel passou a palavra à senhora Ana Paula, que informou que na 3ª Reunião do ZEE, foram
177 apresentadas palestras sobre “Desafios e Ações no Extremo Sul da Bahia”, pelo conselheiro Renato Cunha
178 e “Aspectos da Cultura do Eucalipto no Extremo Sul da Bahia” pelo senhor Antonio Sérgio Alípio,
179 presidente da Associação de Produtores de Florestas Plantas no Estado da Bahia – ABAF, convidado pelo
180 conselheiro Irundi Edelweiss; informou que todo o material apresentado será encaminhado posteriormente
181 aos conselheiros. O conselheiro Walmir do Carmo reiterou denúncia sobre uma pocilga, no município de
182 Itabuna, que lança seus dejetos, inadequadamente, no corpo d’água próximo; informou que o GRAMA
183 completou dezessete anos no dia 19 de outubro; que no período de três a sete de novembro, próximo,
184 realizar-se-á o Quinto Fórum de Educação Ambiental, na cidade de Goiânia, e que a Câmara Técnica de
185 Educação Ambiental do Conselho Nacional de Meio Ambiente, se reunirá naquele local e que o PAPAMEL
186 realizará o Terceiro Circuito pela Qualidade de Água do Rio das Contas. O conselheiro Antonio Ormundo
187 questionou sobre a visita técnica realizada pela Comissão de Qualidade Ambiental do CRA em Santa Cruz
188 de Cabralia e solicitou esclarecimentos sobre o crachá de identificação. O conselheiro Emanuel passou a
189 palavra a Ney Maron, que respondeu ao primeiro questionamento do conselheiro Antonio Ormundo;
190 informou que já foi realizada uma inspeção e o relatório seria entregue naquele momento ao conselheiro e
191 que o técnico do CRA manteria contato com o conselheiro para agendar a realização de uma nova visita. O
192 conselheiro Melquíades informou que esteve reunido com representantes do Instituto de Estudos Sócio-
193 Ambientais do Sul da Bahia – IESB, que faria um trabalho sobre a defesa da Mata Atlântica e
194 desmatamento do Parque Estadual na Serra do Conduru; repassou um dossiê contendo um CD e um mapa
195 elaborado por aquela instituição, e solicitou apreciação do Conselho e providências do CRA quanto as
196 irregularidades referentes à extração de madeiras registradas naquele local. indagou ao CRA sobre a
197 emissão de licenças para instalação de atividades no entorno do Parque Nacional de Monte Pascoal, sem a
198 anuência do gestor do mesmo; questionou ao CRA quanto à anuência concedida à empresa VERACEL, para
199 o plantio do Eucalipto no município de Porto Seguro, nas áreas de Santa Cruz de Cabralia e Belmonte,
200 bem como nas comunidades indígenas na aldeia do Guachuma; disse que tratava-se de uma área de
201 conflito indígena. O conselheiro Emanuel passou a palavra à Ney Maron que se manifestou registrando o
202 questionamento do conselheiro, caracterizado como uma denúncia sobre uma suposta irregularidade de
203 licenciamento e solicitou mais informações sobre o assunto em questão, para que o CRA verificasse se
204 havia licenciamento ou se seria um plantio clandestino e, caso constatasse o licenciamento, seria
205 verificado sua procedência. O conselheiro Melquíades informou que a propriedade era da empresa
206 VERACEL e que parte do entorno do Parque Nacional era da Bahia Sul Celulose. O conselheiro Joás
207 Brandão reiterou solicitação referente à situação da contaminação por chumbo na localidade de Boquirá,
208 no município de Santo Amaro, principalmente com relação aos problemas de saúde da comunidade local.
209 O conselheiro Emanuel falou que iria passar diversas informações sobre o assunto em questão, inclusive
210 sobre o Programa, com participações de várias Secretarias do Governo, liderado pela Secretaria de Ciência
211 e Tecnologia, e Inovação – SECTI, que visava definir uma solução para o passivo que existente, desde os
212 anos sessenta, naquela região, onde fora instalada uma Usina de Beneficiamento. O conselheiro
213 Melquíades solicitou que fosse estudada uma forma de apoio aos conselheiros das entidades
214 ambientalistas que residem fora da Região Metropolitana de Salvador, no caso de ocorrência de quaisquer
215 imprevistos e necessidades pessoais, tais como problemas de saúde. O conselheiro Emanuel ficou de
216 verificar e apresentar na próxima reunião medidas administrativas para efetivação de apoio aos
217 respectivos conselheiros. Como não havia mais nada a ser discutido, e ninguém mais quis se pronunciar, a
218 sessão foi encerrada às dezessete horas. Emanuel Silveira Mendonça lavra e assina esta ata. Salvador, 29
219 de outubro de 2004

220 **Presentes:**

221 **Membros:**

222 Emanuel Mendonça – presidente em exercício

223 Adalberto Ribeiro – SICM

224 Anésio Miranda - CEB

225 Antonio César Ormundo – PAT

226 José Augusto Passos – FTIEB

227 Joás Brandão – GAP

228 José Roberto Celestino – ABES

229 João Marcos Miranda de Souza

230 Josemário Martins da Silva – FETAG

231 Maria Conceição Riccio – SESAB

232 Melquíades Oliveira - CEPEDS

233 Vera Frazão - SEINFRA

234 Walmir do Carmo – GRAMA
235
236 Secretaria Executiva:
237 **SEMARH**
238 Ana Cristina Mascarenhas – SPA
239 Larissa Cayres - SPA
240 Eliuda Soares – SPA
241 Ana Paula Gordilho - SPA
242
243 **CRA:**
244 Ney Maron – diretor de controle ambiental
245
246 **Convidados:**
247 Gitonilson Costa – Bahiapescas
248